



Cartografia e Arqueogenealogia: Operadores Metodológicos em Estudos de Recepção e Usos Históricos no Campo Psi

Cartography and Archeogenealogy: Methodological Operators in Reception Studies and Historical Uses in the Psi Field

Cartografía y Arqueogenealogía: Operadores Metodológicos en Estudios de Recepción y Usos Históricos en el Campo de la Isp

Flávia Cristina Silveira Lemos

Arthur Elias Silva Santos

Leandro Passarinho Reis Júnior

Ataualpa Maciel Sampaio

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a utilização da Cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari e a Arqueogenealogia de Michel Foucault como abordagens metodológicas para a elaboração de estudos em determinados territórios e campos de saber. Para isso, conceitua-se as duas abordagens a partir das pistas conceituais deixadas pelos autores em seus escritos. Em seguida, realiza-se uma análise das abordagens de modo a pensar sobre as condições que estas podem oferecer para conversações com estudos históricos e do campo *psi*. O artigo analisa os operadores conceituais dos estudos de arquivos, da recepção e dos usos das práticas na História Cultural; do rizoma, multiplicidade, acontecimento e singularidade na Cartografia e das análises de saber-poder na Arqueogenealogia. A História Cultural oferece ferramentas potentes para a realização de trabalhos com documentos por meio da Arqueogenealogia e da Cartografia, na medida em que apresenta modos de trabalhar com as práticas singulares e múltiplas na tensão dos fazeres locais em forças processuais em conversação entre o campo *psi* e o histórico por meio da Arqueogenealogia, da Cartografia e da História Cultural.

Palavras-chave: Cartografia; Arqueogenealogia; Usos da História; Recepção Cultural; Metodologias.

Abstract

This article aims to make some reflections on the use of Cartography by Gilles Deleuze and Félix Guattari and the Archeogenealogy of Michel Foucault as methodological approaches for the elaboration of studies in certain territories and fields of knowledge. For this, the two approaches are conceptualized from the conceptual clues left by the authors in their writings. Then, an analysis of the approaches is performed in order to think about the conditions they

can offer for conversations with historical studies and the psi field. The article analyzes the conceptual operators of the studies of archives, the reception and the uses of practices in cultural history; rhizome, multiplicity, event and singularity in Cartography and the analyses of knowledge-power in Archeogenealogy. Cultural History offers powerful tools for carrying out works with documents through Archeogenealogy and Cartography, as it presents ways of working with singular and multiple practices in the tension of local activities in procedural forces in conversation between the psi and historical field through Archeogenealogy, Cartography and Cultural History.

Keywords: Cartography; Archeogenealogy; Uses of History; Cultural Reception; Methodologies.

Resumen

Este artículo pretende hacer algunas reflexiones sobre el uso de la Cartografía por Gilles Deleuze y Félix Guattari y la Arqueogenealogía de Michel Foucault como enfoques metodológicos para la elaboración de estudios en determinados territorios y campos del conocimiento. Para ello, los dos enfoques se conceptualizan a partir de las pistas conceptuales dejadas por los autores en sus escritos. Luego, se realiza un análisis de los enfoques con el fin de pensar en las condiciones que pueden ofrecer para las conversaciones con estudios históricos y el campo psi. El artículo analiza los operadores conceptuales de los estudios de archivos, la recepción y los usos de las prácticas en la historia cultural; rizoma, multiplicidad, acontecimiento y singularidad en la Cartografía y los análisis del poder-conocimiento en la Arqueogenealogía. La Historia Cultural ofrece poderosas herramientas para realizar trabajos con documentos a través de la Arqueogenealogía y la Cartografía, ya que presenta formas de trabajar con prácticas singulares y múltiples en la tensión de las actividades locales en las fuerzas procedimentales en la conversación entre el psi y el campo histórico a través de la Arqueogenealogía, la Cartografía y la Historia Cultural.

Palabras clave: Cartografía; Arqueogenealogía; Usos de la Historia; Recepción Cultural; Metodologías.

Introdução

Este é um artigo teórico, em uma modalidade conceitual e ensaística. O objetivo é pensar alguns usos da Arqueogenealogia como história política da verdade, em Michel Foucault e da Cartografia como analítica dos mapas diagramáticos de forças entrecruzadas e múltiplas, em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Trata-se de problematizar práticas

que são materializadas como operadores metodológicos. Por meio delas, visa-se elaborar uma articulação do campo *psi* por meio da Arqueogenealogia e da Cartografia com os estudos da Nova História Cultural, na vertente da recepção e usos dos estudos da História, no movimento da Escola dos Annales, em termos da apropriação e de usos dos planos de composição entre metodologias e

conceitos como táticas de pesquisa de modo transversal.

Com efeito, busca-se traçar pistas e seguir rastros deixados por Foucault, Deleuze e Guattari e comentadores da Arqueogenealogia e da Cartografia. Busca-se inspiração em delimitações iniciais dos pressupostos metodológicos, os quais foram deixados como legados culturais e podem abrir campos relevantes para novos estudos em diferentes áreas. Parte-se de um aporte da História denominado usos e apropriações culturais, pois não há uma mera replicação e sim modos de usar singulares e procura-se estabelecer uma conversação, constituindo um plano do comum e das proximidades e contribuições mútuas.

Cartografia como diagrama de forças rizomáticas

Gilles Deleuze, em “Foucault” (2005), afirmou que Michel Foucault era um cartógrafo do presente que realizava estudos históricos dos acontecimentos singulares, efeitos das forças entrecruzadas no diagrama que é rizomático por funcionar por um conjunto de princípios de heterogeneidade, multiplicidade e raridade (Deleuze & Guattari, 1995). Fazer rizoma é realizar conexões, criar relações entre conceitos e objetos, é desnaturalizar

práticas e constituir fissuras nos controles discursivos das disciplinas, dos comentários e dos filtros da ordem do discurso em vigor e, assim, fazer movimentos de devir com os operadores conceituais.

O que Deleuze chama de devir do conceito é esta conexão tanto dos elementos de um conceito quanto dos diferentes conceitos em um mesmo sistema conceitual; é o fato de que os conceitos se coordenam, se conectam, se compõem, se aliam numa determinada filosofia, mesmo que tenham histórias diferentes. Assim, ele distingue devir e história de um conceito. Dizer que um conceito tem história significa que ele não é criado do nada; foi preparado por conceitos anteriores ou alguns componentes desse conceito vêm de conceitos de outros filósofos, embora ele permaneça original (Machado, 2010, p. 16-17).

Para Deleuze e Guattari (1995), um rizoma é o nome de um tubérculo com várias entradas e saídas, em rede de uma trama vegetal, a qual foge do esquema raiz biunívoca e centralizada. Este agenciamento planta-diagrama-rizoma-cartografia-tubérculo foi apropriado pelos autores para colocar em questão a

racionalidade de uma ciência produzida por binarismos, linearidades, teleologias, determinismos e causalidades metafísicas com o objetivo de interrogar perspectivas geográficas e históricas tradicionais, de cunho linear e contínuo, pois: “o tempo é heterogêneo antes de ser sucessivo” (Zourabichvili, 2016, p. 99).

Neste aspecto, a cartografia é mutante e não apenas um mapa geográfico-territorial. O deslocamento realizado por Deleuze e Guattari (1995) permite analisar a trama processual do mapa ao invés de colá-lo em um objeto de uma ciência fixa. Aqui, há um primeiro ponto de aproximação com a arqueogenealogia porque possibilita desdisciplinarizar os saberes sujeitados e trabalhar com as condições de emergência dos mapas na convergência da Filosofia com a História e a Geografia sob outro ângulo, chamado de imanência. Assim, o tempo é a diferença na medida em que é devir de forças singulares e heterogêneas, descontínuas e conectadas pelo rizoma.

Conceitos e procedimentos metodológicos são tipologias que nos auxiliam a pensar, porém, não são universais nem podem ser colados aos objetos e acontecimentos (Veyne, 1998). As práticas que produzem os objetos têm História e os acontecimentos analisados são raros e singulares. Portanto, fazer uma

Cartografia implica realizar exercícios de heterogênesse e desterritorialização dos saberes e dos poderes em dinâmicas relacionais, segundo Hardt (1996). Com efeito, as ideias de sistemas fechados das disciplinas e de teorias são colocadas em xeque por Deleuze e Guattari (Alliez, 1994), pois articulam arte com política, literatura com a Filosofia, a História e com a Psicologia, Cinema com a Geografia, Ecologia com a Comunicação, saberes indígenas com a Matemática, pintura com a etologia, nomadismos com a Química etc. (Machado, 2010).

Daí, a relevância da ideia de colagem. Falar de colagem a respeito do pensamento filosófico significa dizer que o texto considerado é muitas vezes extraído do seu contexto, ou melhor, os que conceitos - considerados objetos de um encontro, como um aqui e agora, como coisas em estado livre e selvagem - são utilizados como instrumentos, como técnicas, como operadores, independentemente das inter-relações conceituais próprias do sistema a que pertencem (Machado, 2010, p. 30).

A Psicologia Social tem contribuído para romper com a cristalização dos saberes e transformação

das práticas sociais; neste âmbito, permite contribuir com a Arqueogeneologia, na medida em que produz fissuras no instituído. Assim, tecendo estas conversas transdisciplinares é possível nos apropriar de operadores conceituais das Ciências Sociais com a Psicologia Social para podemos trabalhar com os dispositivos: grupo, comunidades, instituições, diários de campo, entrevistas etc. Ou seja, traçar planos de conversações entre os saberes, acionando forças, em uma dinâmica relacional e rizomática.

No bojo destas preocupações, Foucault (1979) explicitou o conceito de descontinuidades para criar atualizações temporais, em acontecimentos chamados por Deleuze e Guattari (1995) das intensidades dos devires em passagens. Com efeito, abrem-se zonas de vizinhança pela descontinuidade para criar relações entre as práticas e o devir poder se materializar, ao se atualizar em acontecimentos como um tempo de diferenciação e singularização. “O tempo é a diferença das diferenças, ou o que conecta as diferenças umas às outras” (Zourabichvili, 2016, p. 109).

Os estudos históricos também permitem criar outros modos de existências e podem ser correlatos à Cartografia no tecer rizomas, pois são fazeres que ajudam a desnaturalizar as

maneiras de viver, de sentir, de pensar e de agir no presente (Conde, 2005). Há um comum entre ambos saberes: História e Psicologia Social, no que tange à historicidade como modo de problematizar instituídos, práticas cristalizadas e usos materialistas da atitude crítica frente ao presente.

História e Psicologia Social fazem isso por meio de uma proposta e projeto perspectivo, portanto, que seja um martelo na Filosofia para quebrar essencialismos, dominações, opressões culturais e políticas. A História é um operador importante para realizar a insurreição dos saberes sujeitos e construir verdades locais, movendo o jogo das disputas de narrativas móveis com os usos das ferramentas da História Cultural, de acordo com Foucault (1979) e com Spink (2000).

Para Burke (1997), a Escola dos Annales na França teve três viradas: a História Econômica, a História Social e a História Cultural. A primeira, trouxe a dimensão material das fontes documentais e dos fazeres; a segunda, permitiu pensar como as relações sociais fabricam os arquivos e são por eles atravessadas; a terceira, se apropriou da multiplicidade de aportes antropológicos para problematizar os valores presentes na construção dos objetos, das abordagens e das formas de

selecionarmos e usarmos as práticas metodológicas e os conceitos.

A História, neste plano, é um aporte para interrogar objetos, ampliar abordagens de trabalho e expandir os olhares analíticos. Assim, a Cartografia e a Arqueogenealogia ganham com a conversação transdisciplinar, com a multiplicidade de conceitos e ferramentas para operar com as pesquisas dos acontecimentos em sua raridade e singularidade. Em tempos em que as pesquisas são requisitadas, cada vez mais, ao retorno aos tecnicismos, vale destacar o quanto é crucial resistir aos pedidos de ajustes cientificistas e de metodologias assépticas.

Há um encontro entre História e Cultura na conversação com as Ciências Sociais e a trama de narrativas que escapam dos discursos oficiais na análise das fontes e da empiria, pois estes saberes visam interrogar encomendas adaptacionistas e ortopédicas feitas por uma sociedade empresarial e punitiva. No bojo desta discussão, vale salientar o quanto é possível aproximar cada vez mais a subjetividade de um vetor transdisciplinar e realizar conversações entre a Arqueogenealogia e a Cartografia enquanto antidisciplina e como intervenção desdisciplinarizadora para abrir um plano de composição e conversações profícuos

nas comunidades dos saberes e das políticas da verdade descolonizadoras de subjetividades e dos discursos (Foucault, 1979; 1996).

Tanto a Cartografia quanto a Arqueogenealogia são quebras dos saberes como especialidades de um currículo disciplinar e conteudista, submetido aos cânones dogmáticos de unidades e filiações idealistas. É relevante quebrar com matrizes e fundamentos de um sujeito e de um objeto de conhecimentos, de áreas, de disciplinas e das noções de bases epistemológicas baseadas em defesas de supostas práticas dos “experts” e especialismos tecnicistas. A Cartografia nos auxilia a romper com lógicas arborescentes e causais tão presentes nas ciências modernas pelo diagrama rizomático da imanência das forças, em heterogênese (Deleuze, 2005).

A visão epistemológica do julgamento de saberes, hierarquizados por tribunais da verdade postulados pela história da ciência não interessa à História Cultural como terceira virada (a antropológica) no movimento histórico da Escola dos Annales, a qual se tornou um abordagem de temas, objetos e metodologias descolonizadoras em coexistência com as zonas de vizinhanças com a cartografia e a genealogia.

Cartografar nas Ciências Humanas e Sociais é uma aventura nômade tal como na confecção de um mapa geográfico em que se deve estar atento(a) para diferentes tipos de relevo, tipos e alturas de solo, vegetação, clima, fauna, coordenadas, longitudes, latitudes etc., ou seja, em que é fulcral observar e mapear multiplicidades do campo, analisar intensidades que lhes são constitutivas, ou seja, é – do mesmo modo – abrir-se para um plano de experiências e multiplicidades em que o devir cartógrafo se coloca sensível às nuances e desníveis que o campo oferece.

“As singularidades têm valor de conexões diferenciais” (Zourabichvili, 2016, p. 127). Logo, cartografar na pesquisa é construir mapas que são campo em análise transversal, colocando-as em evidência, propiciando abertura para um campo de visibilidades que se expressam como forças sociais, culturais, econômicas, políticas, etc. É importante também perceber como, quando e onde essas relações se cruzam, atentos sempre aos seus efeitos de subjetivação. Neste sentido, a cartografia tem por objetivo traçar a rede na qual o objeto ou acontecimento analisado está conectado, explicitando suas variações constantes, acompanhando processos analisados (Barros & Kastrup, 2009).

Acompanhar processos – cartografando-os – é problematizar que o pesquisar jamais está em lugar de passividade diante daquilo que o campo oferece nem de reação de instrumentalidade e utilitarismo. Ao contrário, é estar aberto ao plano de experiências e se posicionar como um ou uma pesquisador(a) que não é um(a) simples expectador(a) do campo pesquisado, mas um colocar-se nos entremeios, já que entra em relação com o campo onde ambos geram interferências um no outro.

Por isto, “a heterogeneidade ou a divergência de pontos de vista só se afirma como tal no curso de um devir” (Zourabichvili, 2016, p. 131). O delineamento da cartografia tal como proposta por Deleuze e Guattari atualiza a ideia da pesquisa-intervenção, em que quem pesquisa entra em devir e não está fora do campo, pois não é um(a) mero(a) observador(a) neutro(a), na medida em que se estabelece entre a pessoa que pesquisa e o campo uma relação de imanência (Paulon & Romagnoli, 2010).

Cartografar é saber que o campo em análise não se expressa por uma unicidade, apesar de sabermos que há teorias usadas para tentar unificá-lo. Com efeito, o campo se expressa em multiplicidades cujas entradas e saídas são

da ordem de inúmeras variações em cofuncionamento, ou seja, em coexistência. O campo de pesquisa é um território móvel de acontecimentos e que por conta de uma certa história do pensamento tradicional nos levou a tomá-lo como um sistema de fatos supostamente objetivos, operados por uma teleologia. No entanto, Deleuze e Guattari (2011) dão pistas para uma nova forma de pensar ao cunhar o conceito de rizoma como um mapa a ser feito enquanto uma performance e não uma competência de uma suposta especialidade.

No bojo desta discussão, chamamos a atenção para como o operador rizoma agencia um mapa e nos permite fazer uma cartografia que conecta uma multiplicidade de dimensões que podem ser montadas e desmontadas, sendo modificadas continuamente. O rizoma possibilita a realização da esquizoanálise como recusa da fatalidade e do conformismo, como interrogação da causalidade e da imparcialidade para pensarmos de que forma o campo de pesquisa é um diagrama de forças entrecruzadas, construídas em redes de agenciamento. O rizoma é um vegetal, um bulbo, um tubérculo que, diferentemente da estrutura arborescente, não está organizado de modo linear vertical em: raiz, caule, copa (início, meio e fim). Ele

crece horizontalmente, não possuindo uma divisão linear entre as partes que o compõe. Os princípios do rizoma são: a conexão, a heterogeneidade, a multiplicidade, a cartografia e as rupturas assignificantes. Diz-se, então, que é uma estrutura sem início e fim, composta apenas por um meio (Deleuze & Guattari, 2011).

O rizoma constitui-se por uma composição de partes em correlações, quase indiferenciadas, que se misturam e entram em processos de ramificação e não partem de um mesmo ponto. Portanto, o rizoma é constituído de entradas e saídas múltiplas de tal modo que uma mesma entrada pode ter diversas saídas, sendo que as entradas e saídas são apenas perspectivas de olhar, modos de ver, não são pontos fixos dados, o que significa dizer que uma certa entrada pode ser a saída de um outro ponto.

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de

unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades. (Deleuze & Guattari, 2011, p. 43)

Quando nos referimos ao campo de pesquisa, pressupomos um plano de pensamento em que não há uma árvore-cérebro que conhece porque a lógica arborescente é a da filiação enquanto a do rizoma é a da aliança, conjunção e conexão. Não se trata de um organismo maior cujos órgãos menores se relacionam entre si como galhos e ramificações de uma árvore com o caule centralizador. Logo, Deleuze e Guattari (2011) questionam a noção de fundamento e da ideia de começo e fim. Os saberes não são localizáveis em fundamentos centrais tais quais matrizes epistemológicas, mas sim estão em correlações de uma pragmática em diferentes velocidades transversais nos entremeios.

É nesse sentido que afirmamos que o campo de pesquisa é um rizoma, pois não se rende a uma única análise ou olhar. Aquele(a) que cartografa um campo deve estar certo(a) de que não o faz para decifrá-lo, para produzir foto dele, mas para produzir mapas. Há tantos mapas possíveis, quanto cartografias possíveis

(Deleuze, 2013) e se torna importante perceber os fluxos que as atravessam, as linhas que as cruzam e com as quais compõe.

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de desterritorialização que o impelem (Deleuze & Guattari, 1995, p.29)

O(A) pesquisador(a) agencia junto com o campo na medida em que ambos se afetam. Sendo assim, ao cartografar não se parte em direção ao campo de pesquisa com uma metodologia pronta que se quer confirmar, se vai ao campo com dúvidas, perguntas, atenção flutuante e com um diário de campo. A entrada do(a) pesquisador(a)-cartógrafo(a) produz ressonâncias, fissuras, não apenas por

aquilo que o pesquisador-cartógrafo leva ao campo enquanto instituição de saber (o nome da universidade, por exemplo), mas aquilo que extrapola seu próprio lugar institucional, traz as sobreimplicações dos seus valores, seus medos, suas incertezas e, assim, busca-se colocar em xeque a dimensão moral do trabalho.

Uma cartografia agencia por meio da produção de mapas, na medida em que as coordenadas do pesquisar não estão fixadas e sim são desalojamentos da subjetividade de pesquisadores(as) também. É preciso se deixar afetar não apenas pelo tema pesquisado, mas pela entrada no campo e pelo caminho que esta relação (campo/pesquisador) vai traçando. Há agenciamentos também quando o(a) pesquisador(a) se permite acoplar o campo à academia, desde que não estabeleça entre campo e universidade uma relação de sujeição. Cartografar não é falar sobre um campo ou tema, mas falar com o campo e com o tema, produzindo algo novo, permitindo que essas relações materiais (campo-universidade) provoquem uma abertura para um novo regime de signos.

A produção de um mapa implica acompanhar movimentos de territorialização e desterritorialização. Traçam-se coordenadas, estabelecem-se pontos, identifica-se a trama de forças, acompanham-se os processos de

composição das forças e seus agenciamentos. O mapa é uma tentativa de dar corpo ao movimento, mas sem que com isso se impeça o próprio movimento de acontecer. Assim, compõe-se um território. Mapear é traçar o diagrama e demarcar suas processualidades em territórios provisórios. “A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou componente de meios tornados qualitativos (Deleuze e Guattari, 1997. p. 124)”. Contudo, o mapa-território não deixa de apontar as linhas de fuga que não cessam de produzir movimentos desterritorializantes.

Porém, se a proposta é de fato uma cartografia, apontam-se também os pontos de ruptura com o período, os pontos de tensão entre as integrantes do grupo, as ações inconciliáveis (movimentos de desterritorialização), fazendo a História local do grupo e de suas lutas, opondo-se a qualquer proposta de pensamento que tente a universalização desta História. A pesquisa-cartográfica propõe apontar olhares possíveis de uma analítica da trama histórica dos acontecimentos, sendo performado(a) na própria trama que cartografa. Neste sentido, cartografar é também produzir olhares com o pesquisar, olhares estes que não se esgotam com a pesquisa “realizada”, mas apontam outros horizontes dos modos de ver, de interrogar

e problematizar o objeto pesquisado pela Cartografia da própria trama rizomática que o forja.

Interessante observar como Deleuze, em diversas obras fez usos dos pensamentos de vários autores, trazendo o que mais lhe interessava de cada pensamento de modo a agenciá-los, produzindo algo novo. Deleuze afirma a potência de cada pensamento sem com isso estabelecer parâmetros de falso e verdadeiro ou de funcionalidade e não-funcionalidade. Para o autor, tudo funciona, resta saber como.

Na obra *Foucault* (2013), de Gilles Deleuze, mais precisamente no início do texto *Um novo arquivista (arqueologia do saber)*, a respeito dos procedimentos adotados por Foucault, em sua empreitada como um arqueólogo do saber, explica o motivo do interesse do autor pelos enunciados e não pelas proposições e frases. Deleuze explica que Foucault despreza as proposições por apresentarem uma certa hierarquia vertical naquilo que é dito e exposto enquanto discurso. Assim, as proposições só estabelecem relações entre elas mesmas, sobrepondo-se umas sobre as outras. Da mesma forma, ainda de acordo com Deleuze, Foucault despreza as frases, não por sua verticalidade, mas sim por uma certa horizontalidade em que uma frase só pode se relacionar com outra

“onde cada uma parece responder a outra” (Deleuze, 2013, p.13).

Deleuze argumenta que Foucault, então, apontou um novo caminho, traçando uma espécie de diagonal entre a verticalidade das proposições e a horizontalidade das frases para lançar um olhar sobre os enunciados. Vejam, parece que Deleuze faz um uso do pensamento de Foucault, agenciando-o com o seu próprio por meio da relação que tenta estabelecer entre a Arqueogenealogia de Foucault e a Cartografia dele e de Guattari. Deleuze parece convocar neste momento com o conceito de transversalidade para apontar a potência cartográfica do trabalho de Foucault, potência esta que será desenvolvida no texto seguinte desta obra de Deleuze, intitulado: *Um novo cartógrafo (Vigiar e Punir)*.

Arqueogenealogia

Foucault não elaborou propriamente uma obra que cuidasse de apresentar os pressupostos metodológicos da Arqueogenealogia como o fez com a Arqueologia no livro *A arqueologia do saber*. Porém, o autor deixou pistas que remetem aos procedimentos adotados em suas pesquisas quando a dimensão do poder, em suas análises passa a ficar mais

evidente (Castro, 2009). Foucault (2012, p. 55) diz que “a genealogia é cinza”.

É cinza porque, ao recorrer à História, percebe que as cores dos grandes acontecimentos, das explosões grandiosas das conquistas, das versões narrativas dos “vencedores” que não explicitam o embate de forças que se encontram na própria emergência dos acontecimentos. As Histórias que escondem “a banalidade dos atos que compõem as ordenações e as racionalidades” (Joanilho & Joanilho, 2008, p. 4) são as que se arrogam os lugares das memórias de quem é exaltado como vencedor enquanto as Histórias Culturais emergem como as que contam narrativas outras, as de quem é nomeadamente forjado(a) como vencido(a).

É cinza porque mostra que a História não é o registro da origem de um momento em que éramos menores, menos humanos e primitivos; não é um passado distante do qual desejaríamos distanciarmo-nos para, com orgulho, dizer: nós evoluímos! Também não é uma Teleologia que atesta a continuidade dos fatos em uma espécie de início, meio e fim. Não há colorido na História como os dominadores fizeram questão de nos contar. Há somente o disparate (Foucault, 2012). Em suma, a Arqueogenealogia é o trabalho por meio do qual se tenta derrubar

os monumentos (Le Goff, 1990) que desviaram os nossos olhares do óbvio para perceber que, na materialidade dos acontecimentos, o que há são forças sobre forças, a disputa, a guerra.

Fazer genealogia não é ir em busca de uma origem das coisas para perceber de onde se partiu, pois não há na história esse ponto para onde tudo converge. Como diz Foucault (2012, p. 58), fazer um trabalho arqueogenealógico é “marcar as singularidades dos acontecimentos, espreitando-os lá onde menos se esperava, naquilo que é tido como não possuindo História – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos”, para perceber que a história é feita de descontinuidades, de elementos sem sentido. Fazer Arqueogenealogia é “escrever a história sem referir a análise à instância fundadora do sujeito (Castro, 2009, p. 185)”. Para isso, o(a) arqueogenealogista é comprometido(a) com uma análise minuciosa, paciente (Foucault, 2012), de documentos nem sempre oficializados, documentos que, no embate dos interesses ficaram à margem, foram esquecidos ou, muitas vezes, desprezados.

Para uma análise arqueogenealógica, é necessário praticar a desconfiança, mas não porque se almeja – como na Ciência – descobrir algo de oculto, revelar o que estaria por trás das

aparências ou das condutas. Trata-se de fazer emergir a verdade das coisas e do mundo. É necessária a desconfiança porque o(a) arqueogenealogista sabe bem que toda verdade é um jogo e um cálculo. O(A) arqueogenealogista sabe que toda verdade tem uma política e é histórica. Portanto, a verdade é da ordem do efeito, um regime de forças que joga com os saberes e vice-versa. A História política da verdade é efeito das lutas travadas (Foucault, 1996).

A Arqueogenealogia faz cair por terra a concepção de finalidade histórica. O que há são os acasos das forças, não há uma determinação prévia ou intenção fenomenológica (Lemos & Cardoso Jr, 2009). A análise da proveniência e não da origem na Arqueogenealogia nos faz pensar que as forças são heterogêneas e estão em embate constante, para assim, percebermos as condições de possibilidade sem raízes e da emergência das práticas como jogos ao acaso das forças. A proveniência é a ruptura com os determinismos dos costumes, em determinados momentos da História e, também aponta para a transvaloração dos valores, pois constrói rizoma na Arqueogenealogia das forças como vontade de potência afirmativa (Machado, 2010).

A lógica de um pensamento não é sistema racional em equilíbrio. Mesmo a linguagem parecia à Foucault um sistema longe do equilíbrio, ao inverso dos linguistas. A lógica de um pensamento é como um vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos. Pensava-se estar no porto e de novo se é lançado em alto mar, como dizia Leibniz. É eminentemente o caso de Foucault (Deleuze, 1992, p. 122).

Para fazer Arqueogenealogia, o(a) arqueogenealogista precisa se debruçar sobre os documentos, fazer a análise em minúcia, perceber os desníveis discursivos, os elementos que ao longo da história somem, perdem força. Entretanto, o documento considerado pelo(a) arqueogenealogista nem sempre é aquele considerado oficial. Para o(a) arqueogenealogista, as fontes podem ser as mais diversas possíveis: fotos, falas, vídeos, móveis, prédios, placas, jornais, currículos, atas, registros de identidade, vídeos, filmes, teses, quadros, estátuas, danças, músicas, mapas, textos, gravuras, pinturas, museus, arquiteturas, relatórios, prontuários e tantos outros documentos.

O(A) genealogista entende que tudo pode ser uma fonte rica em informações e quadros interpretativos,

porém faz sempre o exercício de uma análise crítica, ou, como diz Le Goff (1990) é preciso desmistificar o documento, considerá-lo um monumento não para ir em busca de algo verdadeiro, pois no limite, nenhum documento é prova de nada e sim fruto de jogos de verdade. Trata-se de um esforço de uma sociedade que luta pela memória e pelo discurso, desejando criar maneiras de fazer quadros e cartografias de si própria que nunca cessam de se esvaír e entram em mutação.

A Arqueogenealogia realiza uma insurreição dos saberes sujeitados, na medida em que rompe com unidades discursivas e embaralha os códigos estabelecidos. É cinza porque esmaece as pretensões científicas de exaltar alguns saberes face a outros como se algum fosse melhor ou superior a outro. Esta falácia científica de imparcialidade e neutralidade rapidamente é martelada por Foucault (1979), sendo desmanchada pela Arqueogenealogia como história das relações de poder-saber que não podem se limitar às prisões de uma disciplina, de uma teoria ou de uma área. “O pensamento jamais foi questão de teoria. Eram problemas de vida. Era a própria vida” (Deleuze, 1992, p. 134).

A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de

reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente inseparáveis; não há de um lado, as formas de rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle (Foucault, 2004, p. 66).

Para Foucault (1979), a Arqueogenealogia marca que vivemos muitos e muitos acontecimentos dispersos e perdidos, em vários tempos-espacos e estes não são apenas cronológicos, são também diacrônicos e operam por devir, por atualizações do presente. Assim, a Arqueogenealogia nos liberta de viver presos(as) a um sentido histórico linear e de eventos sequenciados como se um dependesse do anterior. Deste modo, também é a análise dos saberes, pois a verdade não tem relações fixas que a congela em uma disciplina, área e teoria. O diagrama é mutável e desloca os saberes, os colocando em relações díspares.

No bojo destes dizeres sobre a Arqueogenealogia, Foucault (1979) nos

lembra que a História é perspectiva e quem olha só pode fazê-lo de um lugar, de um ângulo diferente. A História arqueogenealógica não busca ancestralidades e filiações nem pretende ser derivada de uma causa ou de um ato intencional. Trata-se de fazer um uso Arqueogenealógico da recepção cultural da História para despedaçar as interdições e exclusões, problematizar os fechamentos em epistemes, disciplinas e áreas. Com as conversações arqueogenealógicas se torna possível realizar uma dissociação de supostas identidades metafísicas, de ser infiel às metodologias e autores(as), de interrogar o sujeito do conhecimento para abrir mão de qualquer desejo de consciência histórica.

Ora, a Arqueogenealogia permite desfazer ilusões de proteção, quebrar fundamentos e bases epistemológicas para abrir apropriações e usos históricos dos saberes e, então, transformar por dissociações e descontinuidades. Busca-se desdobrar o que se queria fechar e limitar para afirmar a vida na potência de abertura e ampliação da transvaloração dos valores, em uma ética da existência (Foucault, 1979).

Para Nietzsche (2003), a História deve ser usada a favor e contra o tempo, simultaneamente, de tal forma que não se fixe nem seja uma essência. Para tanto, ela

deve ser devir e acontecimental, uma heterogênese permanente de retorno da diferença (Machado, 2010). A genealogia visa produção de diferença e não de semelhança e analogias.

A Cartografia e a Arqueogenealogia como propostas de abordagens metodológicas para a elaboração de estudos históricos de recepção

Como a Cartografia e a Arqueogenealogia podem dar pistas metodológicas para a elaboração de estudos de recepção de pensadores(as) e das suas obras, em um determinado campo de saber e território? Para responder a essa pergunta, recorreremos aos próprios conceitos deixados pelos(as) autores(as) das abordagens em seus escritos.

Primeiro, a propósito das pesquisas de recepção, fazemos algumas considerações no sentido de apontar os problemas advindos com tal nomenclatura (recepção). Segundo Canavese (2014), este conceito pode representar uma cilada ao denotar um certo aspecto de passividade em relação ao pensamento do(a) autor(a) e de sua obra no âmbito dos saberes e das práticas que os(as) tomam como base. A autora opta, então, pela nomenclatura “usos”, colocando em xeque a ideia de “recepção” para afirmar uma condição de

utilização que dependerá do contexto histórico, intelectual, cultural, territorial aos quais tanto autor(a) e obra estão submetidos, em apropriações culturais. Todo saber é usado como caixa de ferramentas de composição que é acontecimental e singular. A História Cultural propõe que as práticas são híbridas e circulam, não são reproduzidas sem alteração.

Certeau (1979; 2011) salienta a importância da terceira geração da Escola dos Annales, chamada de virada cultural e cuja tendência conceitual e metodológica resultou no movimento da Nova História Cultural para pensar os usos da história como processo dos trabalhos com estudos das apropriações em movimentos transversais e singulares dos arquivos e dos conceitos que trouxeram contribuições na ampliação das fontes documentais, na abordagem dos arquivos e nos objetos de estudos históricos. Anteriormente, só eram analisados os documentos oficiais e sob a via da História Tradicional, causal, linear, teleológica e baseada nos nacionalismos, continuidades e construção de heróis do Estado, em geral, homens brancos, militares ou estadistas que eram considerados os eleitos por supostos grandes feitos sociais.

Segundo Certeau (2011), a escrita da História demanda a produção de um

mapeamento dos usos de arquivos enquanto tramas acontecimentais, heterogêneas e que formam um emaranhado de linhas a serem pensadas quando se atua com as práticas sociais que constituem documentos selecionados e manuseados. Os usos de documentos, dos conceitos, das metodologias e ferramentas são processos de apropriação cultural e implicam leituras que não são puras nem podem ser uma simples exegese causal dos feitos de uma sociedade. Assim, usos são modos de manejar, maneiras de trabalhar, artesanias com artefatos culturais.

Segundo, quando falamos de “autor(a)” e “obra” precisamos estar atentos(as) também para a posição que essas nomenclaturas assumem no âmbito da produção científica e de seus discursos, sobretudo no que tange aos efeitos desses discursos para uma comunidade, seja ela uma comunidade de cientistas ou não. Em uma conferência de 1969, intitulada “O que é um autor?”, Foucault aponta uma dimensão importante do(a) autor(a) enquanto sujeito do discurso e que, portanto, sustenta uma relação com o discurso. Para Foucault, o(a) autor(a) é o próprio prolongamento do discurso, uma figura que ajuda a validá-lo ao assumir uma posição criadora e até mesmo teológica em relação à obra. Nas palavras

do próprio pensador, o(a) autor(a) funciona para:

caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*. (Foucault, 2013, p. 278)

É preciso, então, ainda segundo Foucault (2013), é preciso estar atento(a) para perceber quais discursos uma determinada função de autoria sustenta e que efeitos de verdade esses discursos produzem num certo domínio de saberes. A figura do(a) autor(a) pode ser analisada como um dispositivo estratégico, uma tática elaborada como modo de conceder validade ao discurso. Por outro lado, sabe-se com o próprio Foucault (2012) que a emergência de um saber se dá a partir de condições de possibilidade locais e históricas. Sendo assim, a emergência de um saber não pode ser tomada

ingenuamente como o momento histórico de ruptura em direção a um progresso científico. Deve-se estar atento(a) para as brechas que possibilitam a emergência de um(a) pensador(a) e de sua obra e que, por outro lado, descartam e invalidam a emergência de outros(as).

É preciso entender que a entrada de um pensamento, de uma obra, de um(a) autor(a) em um determinado contexto e território pode apontar rupturas com saberes instituídos. Há, portanto, jogos de interesses que estão explicitados nessas entradas e que, por efeito de uma suposta neutralidade científica costumamos desviar os nossos olhares. Não há saber neutro, não há ciência desinteressada. É neste ponto que tanto a Cartografia quanto a Arqueogenealogia demonstram potência importante para a realização desse tipo de estudo.

A Cartografia como abordagem metodológica que se dá pelo acompanhamento de processos analisados (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009), cujo objetivo é traçar mapas, diagramas de relações e cruzamentos de forças, jogos de verdade, agenciamentos, enunciações (Prado Filho & Teti, 2013); podendo ofertar condições para traçarmos um determinado mapa dos territórios móveis em que se tornam possíveis os usos de autores(as) e suas produções. Ao propor a

elaboração de um mapa das relações de forças que atravessam o campo em que um(a) pensador(a) e seus trabalhos se inserem, propicia-se uma visualização das condições em que tal pensamento se mantém e se constitui em cada sociedade.

Partindo dos conceitos de agenciamento e de multiplicidades, entendemos com a Cartografia que um(a) autor(a) e seus trabalhos são partes de uma relação que não é unívoca nem uma unidade biográfica, afinal estão entrecruzados em um agenciamento de forças heterogêneas. Falamos de fato da parte do agenciamento coletivo de enunciação em que diversos saberes se cruzam, produzindo uma trama em que os discursos de uma época possibilitam aberturas para a entrada de determinados pensamentos outros, em estranhamentos por deslocamentos como heterotopia, um conceito de Michel Foucault que permite pensar deslocamentos e agonísticas enquanto desníveis discursivos e descontinuidades das práticas, em uma dinâmica diagramática de forças múltiplas em heterogênese com efeito histórico no campo *psi* de atualização dos processos de subjetivação contemporâneos (Blair, 2009).

Deste modo, um trabalho cartográfico que se proponha a fazer um estudo dos usos teria que dar conta de

explicitar a trama da qual autor(a) e obra passam a fazer parte. A função-autor(a) pode ser analisada como um dispositivo que dá sustentação a outros discursos, a uma trama de enunciados. A Cartografia, então, teria o objetivo da análise e desmontagem do dispositivo autor(a) (Prado Filho & Teti, 2013) para explicitar de que maneira este(a) e sua obra podem servir como continuidade de discursos instituídos e de que maneira Arqueogenealogia possibilita o estudo com documentos de uma forma crítica, pois considera-os monumentos (Lemos & Cardoso Jr, 2009). Ao tomar a obra como um documento, em um dado contexto e território, o(a) pesquisador(a) poderá se perguntar, tendo em mente a perspectiva de uma microfísica do poder, que jogos de interesses atravessam os usos de um pensamento em um campo teórico e prático? A Arqueogenealogia se encarregaria não da recepção em termos da origem dos usos de um pensamento em um território, a fim de explicar sua evolução ou o seu aprimoramento e desenvolvimento no campo ao longo da história. Seria tarefa da Arqueogenealogia, ao contrário, objetar a ideia de linha temporal teleológica da História das ciências para apresentar a dispersão histórica em que se deu a emergência de um pensamento.

Os conceitos foucaultianos de proveniência e emergência ajudam a analisar que as condições de possibilidade histórica se dão em um campo de multiplicidades de forças heterogêneas e díspares. Deste modo, é possível afirmar as potências e as ciladas de um determinado pensamento uma vez que a proposta arqueogenealógica põe em crítica diversos aspectos que estão nos bastidores dos momentos em que a utilização e circulação de um(a) pensador(a) e sua obra estão mais frequentes. Há que se abandonar as respostas rápidas, as reflexões ingênuas que tentam justificar a recepção de um(a) autor(a) como efeito de uma “nova onda”, fruto do cansaço de uma sociedade que não consegue mais pensar com os(as) autores(as) de sua época e que, portanto, em nome de um progresso científico embarcariam rumo a novas ideias.

Considerações finais

É possível fazer este trabalho histórico-cultural com outros saberes e metodologias, trazendo os contextos de usos e recepções para um trabalho da História da Psicologia Social e de outros campos psi bem como das mais diversas áreas. A partir das reflexões suscitadas, conclui-se que tanto a Cartografia como a

Arqueogenealogia oferecem aportes metodológicos importantes e potentes para estudos de recepção/usos de autores(as) e suas obras.

Porém, é necessário ressaltar que no âmbito da Cartografia e da Arqueogenealogia, nem Foucault, nem Deleuze e tampouco Guattari propuseram de fato uma metodologia com tais abordagens. Ora, o objetivo deste artigo não é prescrever metodologias e sim apresentar possibilidades de trabalho a serem apropriadas e usadas como operadores do pensar, em uma atitude problematizadora das práticas históricas.

Por isso, ao nos referir à Cartografia e à Arqueogenealogia opta-se, assim como outros(as) pesquisadores(as), por considerá-las como pistas oferecidas para a pesquisa, do que de fato metodologias estruturadas. A esse respeito, vale lembrar que os três autores refutavam a ideia de metodologia como um dispositivo que pode ser aplicado independente do contexto pesquisado e que se tornasse um método a ser replicado generalizado como modelo abstrato.

Contudo, por se tratarem de pistas metodológicas, deve-se lembrar que o(a) pesquisador(a) poderá elaborar seus próprios procedimentos metodológicos com base nas fontes que terá em mãos para consultar. A análise das fontes, a partir das

pistas metodológicas da Cartografia e da Arqueogenealogia é que serão possibilidades para interrogações e análises dos procedimentos que podem ou não ser adotados pelo(a) pesquisador(a) como quiser usar estas pistas.

Os arquivos são diagramas de forças entrecruzadas e podem ser pensados pela Arqueogenealogia e Cartografia nos usos das fontes documentais como acontecimentos singulares, datados, heterogêneos, no campo múltiplo das redes de intrigas das práticas da sociedade a serem problematizadas, analisadas e cartografadas como usos da História, sobretudo, da Nova História cultural, nas últimas décadas.

Com efeito, para Castro (2008), os trabalhos com arquivos permitem a seleção e usos das fontes enquanto conjuntos de acontecimentos, organizados e narrados por meio de olhares perspectivos e descontínuos, selecionados e conservados em museus, bibliotecas, instituições de guarda públicas e privadas, entidades variadas que visam preservar a memória social sob a responsabilidade de historiadores(as) e antropólogos(as), arquivistas e interessados(as) na política cultural do acesso e apropriação da memória pela História e por outras áreas bem como pelos(as) mais diversos(as) autores(as) e grupos que desejam/desejem

pensar e manusear estas fontes documentais.

Referências

- Alliez, E. (1994). *A assinatura do mundo. O que é a filosofia de Deleuze e Guattari*. São Paulo: Editora 34.
- Blair, E. (2009). "A Further Education College as a Heterotopia". *Research in Post-Compulsory Education*. 14(1), 93–101. doi: <https://doi.org/10.1080/13596740902717465>
- Burke, P. (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação EdUNESP.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica.
- Castro, C. (2008). *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Certeau, M. de. (1979). A operação histórica. In: *História: Novos Problemas*. Le Goff, J.; Nora, P. (Orgs.) (2ª Ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Certeau, Michel de. (2011). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs vol. 2*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs vol. 4*. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs vol. 1*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Cecília Pinto Costa. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2013). *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense.
- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A Cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, (38), 45-59. doi: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i3.8.2471>
- Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2012). *Microfísica do Poder*. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2013). *Coleção Ditos e Escritos, vol. III: Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Hardt, M. (1996). *Gilles Deleuze. Um aprendizado em Filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- Kastrup, V., & De Barros, L. P. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP.
- Lemos, F. C. S., & Cardoso Jr, H. R. (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, 21(3), 353-357.
- Machado, R. (2010). *Deleuze. Arte e Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Paulon, S. M., & Romagnoli, R.C. (2010). Pesquisa-Intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, (1), 85-102. doi: [10.12957/epp.2010.9019](https://doi.org/10.12957/epp.2010.9019)
- Spink, M. J. (Org.). (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas (2ª. Ed.)*. São Paulo: Cortez.
- Zourabichvili, F. (2004). *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação.

Flávia Cristina Silveira Lemos. Professora de Psicologia Social Associada III UFPA.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4951-4435>
E-mail: flaviacslemos@gmail.com

Arthur Elias Silva Santos. Doutorando de Psicologia pela UFPA.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9101-8227>
E-mail: arthuressantos@gmail.com

Leandro Passarinho Reis Júnior. Professor Adjunto II de Psicologia da Educação da UFPA.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-7808>
E-mail: lpassarinho28@gmail.com

Ataulpa Maciel Sampaio. Doutorando
em Psicologia pela UFPA.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3165-7817>

E-mail: atau@live.com

Submetido em: 14/08/2020

1ª rodada: 17/08/2020

2ª rodada: 27/09/2021

Aceito em: 12/01/2023
